

Aprovada na 915ª sessão

ALADI/CR/Ata 912
27 de setembro de 2005
Hora: 10h10m às 11h55m

ATA DA 912ª SESSÃO, ORDINÁRIA, DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 901a., 902a., 903a., 904a., 905a., 906a., 907a. e 908a. sessões.
 4. Designação de Vice-Presidente da Comissão de Orçamento por Programas.
 5. Consideração do Relatório do Grupo Ad-hoc de Representantes Alternos sobre "Bases para a conformação progressiva de um Espaço de Livre Comércio no âmbito da ALADI" (documento de 1º de julho de 2005).
 - Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre avanços registrados no cumprimento da Resolução 59 (XIII) do Conselho de Ministros.
 6. Relatório do Secretário-Geral sobre as medidas administrativas adotadas em cumprimento da Resolução 296 do Comitê de Representantes.
 7. Assuntos diversos.
 - Representação do México solicita começar a trabalhar em fórmulas para solucionar o endividamento da Organização.
-

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), José Amir Da Costa Dornelles (Brasil), Carlos Appelgren Balbontín, Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador), Perla Carvalho e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Juan Carlos Ramírez Montalbetti (Paraguai), Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Jorge Luis Jure e Miguel Pereira (Uruguai), e Luisa López Moreno (Venezuela).

Secretário-Geral : Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet, Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Damos início à sessão ordinária do Comitê de Representantes número 912.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

...Como primeiro ponto temos a aprovação da Ordem do Dia, que está em poder dos senhores.

Submete-se à consideração dos senhores Embaixadores. Não havendo observações, aprova-se.

2. Assuntos em pauta.

...Passamos ao segundo ponto da Ordem do Dia que é Assuntos em pauta.

Tem a palavra ao senhor Secretário-Geral .

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Os senhores Representantes têm a lista completa dos Assuntos em pauta, que faz parte da presente Ata.

1. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL . Nota N° 808, de 23/09/2005.

Comunica que o Poder Executivo designou o Embaixador Gonzalo Rodríguez Gigena como Representante Permanente do Uruguai junto à ALADI, oportunamente se comunicará a data de assunção de funções.

2. Representação Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota EMSUR - C.R.N° 96/05 de 6/09/2005.

Comunica a cessação de funções da senhora Conselheira Perla Polverini a partir de 10 de outubro deste ano, por ter sido trasladada à Chancelaria Argentina.

3. Representação Permanente da Bolívia. Nota N° 57, de 09/08/2005.

Comunica que seu Governo mediante o Decreto mencionado indica que dispôs a vigência administrativa do Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 36.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2069.

4. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 83, de 08/09/2005.

Comunica que os Vigésimo Primeiro e Vigésimo Oitavo Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica Nº 39 foram incorporados ao ordenamento jurídico interno brasileiro mediante os Decretos indicados.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2085.

5. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 90, de 20/09/2005.

Comunica que o Vigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 39 foi incorporado ao ordenamento jurídico interno brasileiro.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2091.

6. Representação Permanente do Equador. Nota Nº 33, de 15/08/2005.

Comunica que o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Nº 32 foi internalizado pelo Equador mediante sua publicação no Registro Oficial.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2073.

7. Representação Permanente do México. Nota Nº 81, de 12/08/2005.

Informa que os Presidentes do México e da Venezuela renovaram o Programa de Cooperação Energética para países da América Central e do Caribe e envia informação sobre o mesmo.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2077.

8. Representação Permanente do Peru. Nota Nº 7.5.Z/46, de 10/08/2005.

Comunica que seu Governo incorporou à sua legislação o Vigésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 48.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2071.

9. Representação Permanente do Peru. Nota. Nº 7.5.Z/50, de 12/09/2005.

Comunica que seu Governo incorporou à sua legislação o Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Nº 3, assinado ao amparo do Artigo 14 do Tratado de Montevideú 1980 (ATIT).

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2089.

10. Representação Permanente da Venezuela. Nota Nº II/2.U3.E1/334/05, de 15/08/2005

Comunica que foi internalizada ao ordenamento jurídico da Venezuela a Ata de Retificação do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 59.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2075.

11. Representação Permanente de Cuba. Nota N° 22, de 13/09/2005.

Comunica que a Câmara de Comércio da República de Cuba participará do Conselho Assessor Empresarial e no caso do Conselho Assessor Trabalhista participará a Central de Trabalhadores de Cuba.

12. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

Cuba: Por conta da contribuição correspondente a 2005 a quantia de US\$ 14.557,00

13. Convites recebidos:

Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL . Nota de 31/08/2005.

Envia convite do Governo brasileiro para participar, como convidado especial da "I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações e da Reunião Ministerial preparatória", que se realizará em Brasília em 29 e 30 de setembro de 2005.

14. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária (janeiro-julho 2005) (ALADI/SEC/di 1929) e (janeiro-agosto 2005) (ALADI/SEC/di 1933).

15. Relatório da situação financeira da Associação em 31 de julho de 2005 (ALADI/SEC/di 1930) e em 31 de agosto de 2005 (ALADI/SEC/di 1934).

16. Emenda ao Convênio Internacional do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (ALADI/SEC/di 1932).

17. Acordos e Protocolos assinados ao amparo do Tratado de Montevidéu 1980 (Primeiro Semestre de 2005) (ALADI/SEC/di 1928).

18. Relatório de acompanhamento sobre a entrada em vigor dos Acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevidéu 1980 (ALADI/SEC/dt 420/Rev. 10).

19. Programa de Trabalhos da ALADI em favor dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDERs) para o ano 2005 e termos de referência dos projetos (ALADI/SEC/di 1927).

20. Evolução do comércio recíproco entre os países assinantes do Acordo de Complementação Econômica N° 33 (Colômbia, México, Venezuela) (ALADI/SEC/Estudo 175).

21. Âmbito estratégico de cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Doc. Inf. 733).

22. Resumo do Foro Virtual "O uso das TICs no melhoramento da competitividade das empresas" (ALADI/SEC/di 1935).

23. Memorando de entendimento entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Associação Ibero-Americana de Câmaras de Comércio (AICO) (ALADI/SEC/di 1931).

24. Memorando de entendimento entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Centro de Estudos de Direito, Economia e Política do Paraguai - CEDEP (ALADI/SEC/di 1937).

...Vamos destacar alguns deles.

No ponto 1 destaca-se que a Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL comunicou que o poder Executivo do Uruguai designou o Embaixador Gonzalo Rodríguez Gigena como Representante Permanente do Uruguai junto à ALADI. Oportunamente se comunicará a data de assunção de funções a fim de recebê-lo em sessão extraordinária.

No ponto 2, da Representação Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI, mediante Nota comunica o cessação no cargo da senhora Conselheira Perla Polverini, a partir do dia 10 de outubro deste ano, por ter sido trasladada à Chancelaria argentina para continuar sua carreira profissional.

Destacamos também o ponto 7 no qual a Representação Permanente do México informa que os Presidentes do México e da Venezuela renovaram o Programa de Cooperação Energética para países da América Central e do Caribe e envia informação sobre o mesmo.

Ressaltamos também que em matéria de contribuições recebidas para o Orçamento da Associação, ponto 12, por parte de Cuba, como parte da contribuição correspondente a 2005, a quantia de U\$S 14.557, e o pagamento da Colômbia pela quantia de U\$S 855.223, cancelando as contribuições correspondentes aos exercícios 2003, 2004 e realiza pagamento como parte da contribuição de 2005.

Também no ponto 13, senhores Representantes, menciona-se o convite recebido da Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, do Governo brasileiro, para participar da primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações e da Reunião Ministerial preparatória, que serão realizadas em Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro de 2005.

Isso é tudo o que tenho para destacar, senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Não havendo observações aos Assuntos em pauta... Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidente.

Simplemente desejo aproveitar a oportunidade para agradecer à ALADI ter emprestado a Sede para a reunião da Comissão Administradora do ACE 35 celebrado entre o Chile e o MERCOSUL, reunião que foi muito bem-sucedida e que reativa o trabalho dessa Comissão, depois de uma pausa de quase dois anos. Minha Delegação e meu país estão muito satisfeitos com a reunião e muito agradecidos à ALADI por ter nos emprestado a infra-estrutura e a ajuda necessária para realizá-la. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Chile.

3. Consideração das atas correspondentes às 901a., 902a., 903a., 904a., 905a., 906a., 907a. e 908a. sessões.

...Passamos ao seguinte ponto da Ordem do Dia: a consideração das atas correspondentes às sessões 901a., 902a., 903a., 904a., 905a., 906a., 907a. e 908a.

Submete-se à consideração dos senhores Representantes as Atas mencionadas.

Não havendo observações, aprovam-se.

4. Designação do Vice-Presidente da Comissão de Orçamento por Programas.

...Continuamos com o ponto Quarto da Ordem do Dia.

Como a senhora Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas está fora do país e sabemos que seu regresso tomará um pouco mais de tempo, consideramos que temos que preencher esse lugar e, portanto, colocou-se na Ordem do Dia para que a Comissão possa seguir funcionando.

Submeto à consideração a designação do Vice-Presidente da Comissão de Orçamento por Programas.

Tem a palavra a senhora Representante do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito Obrigada, Presidente.

Gostaria de fazer uma observação neste ponto quanto a uma questão de procedimentos, porque considero que nunca foi designada nossa Presidenta, até onde eu lembro, não participei de algumas reuniões, mas considero que nunca foi designado o Presidente.

Então, de acordo com as normas o Vice-Presidente substitui o Presidente no caso de impedimento ou ausência deste, mas isto é uma questão de temporária. Por conseguinte, sugiro que seja designado tanto o Presidente como o Vice-Presidente, porque em nenhum momento designamos Presidente. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada à Delegação do México. Farei a consulta à Secretaria-Geral sobre o aspecto pontual.

SECRETÁRIO-GERAL. Devo começar por assinalar que a Secretaria-Geral não tinha pensado no que nos propõe a senhora Representante do México neste instante. Porém, poderíamos raciocinar de uma maneira um tanto geral e resolver este aspecto.

Há uma vaga efetivamente na Presidência, mas há também uma forma ou maneira de substituir o Presidente que é mediante a Vice-Presidência. Portanto, a Vice-Presidência passaria a desempenhar a Presidência. Por tanto, ficaria vacante, segundo nossa interpretação, somente a Vice-Presidência.

Entendo que esse é o funcionamento normal de qualquer órgão em que o Vice-Presidente passa a ocupar as funções de Presidente, quando surge uma situação como esta. Portanto, entendo que o Corpo legitimamente, neste caso, pode dispor e resolver a designação do Vice-Presidente da Comissão.

PRESIDENTE. Tem a palavra o senhor Embaixador do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidente. Simplesmente desejo fazer uma proposta para ocupar a Vice-Presidência da Comissão de Orçamento por Programas na pessoa do Embaixador Juan Carlos Olima, Representante da República Argentina.

A participação do Embaixador Olima nas discussões que tivemos em relação a estas matérias, seus conhecimentos e seu compromisso com o funcionamento da Associação o tornam merecedor desta candidatura, desta proposta, que me permito adiantar, inclusive, sem ter conversado com o Embaixador Olima. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Chile. Tem a palavra o senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Agradeço a postulação do senhor Embaixador do Chile. Estou um pouco preocupado com a proposta do México e desejo manifestar que está claro que estou exercendo a Vice-Presidência devido à ausência da Presidenta, mas isto não implica, de nenhuma maneira, assumir a direção do Grupo, mas na medida em que a Presidenta, que só agora fico sabendo, esta é a verdade, não foi formalmente designada, mas estava no *in pectore* de todos, incluído dela mesma, embora esteja ausente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Argentina. Gostaria de ler o Artigo Quarto do regulamento da Comissão de Orçamento, aprovado por Resolução do Comitê de Representantes em 21 de abril de 2004.

O Artigo Quarto diz: "Autoridades. A Comissão será presidida por um Representante Permanente e terá um Vice-Presidente, que serão elegidos pelo Comitê de Representantes, no começo de cada ano calendário. A presidência da Comissão não poderá recair sobre o Presidente em exercício do Comitê. O Vice-Presidente, substituirá o Presidente em caso de impedimento ou ausência deste."

É tudo o que diz o regulamento e interpretando exatamente sua letra, o Vice-Presidente substitui na sua ausência, Presidente, e nesse caso ficaria vacante a Vice-Presidência que é o que teríamos que designar neste momento. Então com esta interpretação, se os senhores estiverem de acordo, passaríamos a considerar a moção do senhor Embaixador do Chile para designar o Embaixador Olima como Vice-Presidente da Comissão de Orçamento por Programas.

Não havendo observações, aprovamos a designação por consenso.

5. Consideração do Relatório do Grupo Ad-hoc de Representantes Alternos sobre "Bases para a conformação progressiva de um Espaço de Livre Comércio no âmbito da ALADI" (documento de 1º de julho de 2005).

...Após a consideração do ponto 4 passaríamos ao ponto 5 que é: Consideração do Relatório do Grupo Ad-hoc de Representantes Alternos sobre "Bases para a conformação progressiva de um Espaço de Livre Comércio no âmbito da ALADI" (documento de 1º de julho de 2005).

Como os senhores lembrarão, este tema foi encarregado aos Alternos para adiantar o trabalho enquanto o Comitê se dedicava a tratar a Resolução 60 (XIII) do Conselho de Ministros e os Alternos já apresentaram um relatório ao Comitê.

Após a apresentação do relatório, o senhor Embaixador da Argentina propôs o que foi aceito pelos Representantes, discutir e conhecer esse relatório em uma sessão posterior. Então foi incluído na Ordem do Dia o Relatório do Grupo Ad-hoc de Alternos para sua consideração.

Tem a palavra a senhora Representante do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito Obrigada, Presidente. Estava olhando tanto a Ata como o relatório que aparece nas conclusões do Grupo de Alternos e percebemos que, de fato, eles concluem que o documento em questão, ao que se dedicaram, estava orientado, fundamentalmente, ao programa de liberalização, pelo que a conclusão final é que este documento foi superado pela Resolução 59.

Não obstante, consideramos que o Espaço de Livre Comércio, acordado pela Resolução 59 (XIII), requer ainda diretrizes. Não sabemos os alcances que deve ter este Espaço e consideramos, na nossa missão, que eventualmente se poderia encomendar ao Grupo de Alternos que trabalhem estes aspectos para submetê-los à consideração do Comitê e, em nossa opinião posteriormente, inclusive, os responsáveis de integração.

Isto é realmente básico para que os Grupos, principalmente de Normas e Disciplinas continuem os trabalhos corretamente, para que possam avançar até onde for necessário. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do México. Algum outro Representante quer fazer uso da palavra?

A senhora Representante do México fez uma proposta de pedir a este Grupo Ad-hoc de Alternos que continue avançando no trabalho. Submeto à consideração essa proposta.

Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Entendo a filosofia com que está apresentando o México esta situação. Nós consideramos que, obviamente, devemos tentar avançar no Espaço de Livre Comércio. Não sei se depois desta espécie de pronunciamento dos Alternos, é possível continuar com as tarefas, mas não temos nenhum inconveniente em tentar que este Grupo possa, de alguma maneira, dar passos positivos nesse sentido. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Tem a palavra o Representante do Paraguai .

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Presidente, a proposta significa que os Grupos que estão trabalhando sobre a convergência estrutural continuem desenvolvendo suas tarefas, com o qual estou de acordo, mas estamos falando dos Grupos operantes, como os Grupos sobre Normas e Disciplinas, sobre Novos Temas, especialmente os três trabalhos sobre origem, salvaguardas e solução de controvérsias, também PMDERs que é um componente especial das tarefas.

Porém, no documento apresentado pelos Alternos, no parágrafo Quarto, assinala-se algo que, provavelmente, está escapando da nossa tarefa, que estaria submetida à ação dos nossos Governos. Quanto à possibilidade de aplicar um cronograma de liberalização multilateral, como o proposto no documento 456, as Representações assinalaram que foi superado pelo estabelecido no número 11.8 das bases aprovadas pela Resolução 59 (XIII),

no sentido que, para continuar avançando para o objetivo de desenvolver e consolidar o Espaço de Livre Comércio devemos continuar com a atual estratégia negociadora, aprofundando os acordos de livre comércio já assinados e promovendo as negociações que se estão realizando, ou as que se empreendam para assinar a ALC entre os países que têm preferências fixas.

E aqui vem um ponto muito importante, onde diz, bem como no ponto terceiro, referente ao componente de acesso aos mercados com o ELC, que dispõem um acesso amplo e universal aos mercados em prazo, modalidades e mecanismos acordados numa perspectiva convergente pelos países-membros, seja bilateral, plurilateral ou regionalmente”.

Para estes fins e aqui se propõem dois caminhos: um caminho possível consiste em transformar os atuais acordos de preferências fixas em acordos de livre comércio, seja mediante negociação entre as partes ou mediante a adesão negociada a um Acordo vigente. Esta é a proposta feita pelos Alternos. Não sei, e aqui manifesto minha ignorância, se aqui neste Comitê poderíamos levar adiante estes temas que estão reservados praticamente à ação de nossos Governos. Pareceria que além do que estamos fazendo, que estamos fazendo bem, segundo o que sei, porque os Grupos estão avançando nesses três temas que assinalaram, mais PMDERs, considero que há um dinamismo muito importante e acho que os documentos que estão saindo são reveladores de uma intensa atividade por parte dos Alternos e também no tema PMDERs, que estou muito perto disso, especialmente com a Embaixadora da Venezuela e seus secretários que estão trabalhando sobre estes temas e com a Secretaria-Geral.

Resumindo, esses temas estão reservados a nossos esforços, mas isto nos está superando e deveríamos conhecer a proposta da Secretaria-Geral ou o próprio debate, entre os membros do Comitê de Representantes deveria surgir, provavelmente, alguma ação, alguma proposta nesse sentido. Falam-nos, repito, de incitar, de estimular, de provocar nossos países a transformar os atuais acordos de preferências fixas em ALC, primeira proposta, seja mediante negociações das partes ou mediante a adesão negociada de um acordo vigente. Isto significa, evidentemente, algo de muito maior volume e complexidade, provavelmente do que possamos nós desenvolver nas nossas tarefas rotineiras.

Então considero que este é o ponto que deveríamos discutir, sou sincero, não tenho uma resposta agora, gostaria de escutar aqueles Embaixadores e técnicos que têm mais experiência que os que estão falando para que nos concentremos nisto que, porque penso que aí está o “miolo” deste negócio. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Tem a palavra o Secretário-Geral .

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. A Secretaria, efetivamente, está trabalhando cuidadosamente na elaboração de alguns documentos, de alguns estudos vinculados a este tema do Espaço de Livre Comércio e está fazendo-o no âmbito da Resolução 59 (XIII), conforme o que tinha sido disposto e proposto pelo Grupo de Trabalho.

Tal como se assinalou, a conformação de um Espaço de Livre Comércio requer a consideração de vários aspectos, entre eles, e fundamentalmente, as disciplinas comerciais, que talvez seja um dos temas mais complexos, de maior complexidade. Ditas disciplinas, como é sabido, estão incluídas nos Acordos de Alcance Parcial e responderam o que em sua oportunidade foi objeto de negociação entre as partes.

A questão é como avançar no processo de harmonização e convergência normativa, em que está a Associação, e naturalmente ver as prioridades que devemos fixar. A Secretaria está trabalhando nisto. Os dois Subsecretários estão trabalhando nisto. Estamos fazendo-o de um modo transversal, isto é, tentando manter essas unidades de critério básico da Secretaria para que o trabalho seja um trabalho orgânico que contemple a reestruturação oportunamente resolvida por este Corpo.

Isto requer avançar em um processo de harmonização e convergência, e a Secretaria está trabalhando na elaboração destes documentos, pelo qual consideramos pertinente o aqui expressado pelo senhor Embaixador do Paraguai, que o Grupo examine as perspectivas por ele constatadas claramente no parágrafo Quarto do seu relatório, onde abriu alguns caminhos possíveis de consideração do tema.

Sem prejuízo de que exista uma referência clara no sentido de que a estratégia negociadora deve ser continuada, este ponto requer algumas definições do corpo político. Não é a Secretaria que pode definir a estratégia negociadora, obviamente, mas sim pode ajudar na detecção, na identificação de quais seriam os componentes básicos que devemos atender prioritariamente para a construção do Espaço de Livre Comércio.

Nesse sentido, oferecemos ao Grupo de Trabalho correspondente nossa cooperação para a instância em que o Grupo o decida e continuaremos naturalmente trabalhando porque esse é, definitivamente, o mandado que nos deu a Resolução 59 (XIII), mas queria informar isto porque já há documentos de avanço, internos ainda, estudos internos, mas com a cooperação dos dois Subsecretários estamos elaborando uma massa crítica de documentos que, em algum momento estaremos em condições de apresentar formalmente ao Grupo de Trabalho correspondente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito Obrigado, Presidente.

A Representação de Cuba considera, que efetivamente essa proposta de tentar aprofundar ou de eliminar aspectos que têm a ver com o avanço do tema do Espaço de Livre Comércio, em todos os mandados promulgados no XIII Conselho de Ministros, sejam vistos neste âmbito, mas que também seja considerado pelos Chefes de Representação ou do Comitê. É importante ter essa visão política do Comitê e além disso, também escutei, em algum momento, que a Representação do México fez a proposta. Um pouco escutando as palavras dos Embaixadores da Argentina e do Paraguai também mencionaram a necessidade de que exista um âmbito político superior que possa delinear e confirmar um pouco para onde vamos.

Só queria fazer uma observação, efetivamente, tal e como dizia o Secretário-Geral, a Secretaria está trabalhando muito coordenadamente com os Grupos de Trabalho, neste caso, de normas e disciplinas, bem, outros Grupos. Não quero ser muito amplo nisto, mas nós observamos que apesar do bom trabalho desenvolvido pela Secretaria e do bom trabalho que desenvolveu, para pôr um exemplo do Grupo de Normas e Disciplinas, temos alguns obstáculos para avançar muito mais e, indiscutivelmente, isto demonstra algo, que não sabemos exatamente como vamos fazer e qual é o horizonte que vamos utilizar.

É óbvio que vai ter grandes reuniões, grandes Cúpulas nestes próximos meses, onde um dos temas essenciais estarão vinculados à integração, mas na ALADI devemos fazer um esforço para preparar uma reunião com nível. Não estou falando de um Conselho de

Ministros, mas uma reunião com o nível de nossos responsáveis de integração para poder coordenar os aspectos essenciais de como poderíamos enfrentar a convergência, que considero que é o tema ou a estratégia essencial para a qual temos sido convocados no XIII Conselho de Ministros. Muito Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante de Cuba. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidente. A verdade é que pensava referir-me a este tema no final do relatório que apresentarei sobre os Grupos de Trabalho que o Chile encabeça, mas devido a que a discussão ou o debate desta importante matéria foi adiantado com base no extraordinário trabalho feito pelos Alternos, aos quais, certamente, dou os parabéns. Vou adiantar algumas das idéias que conversamos com minha Representação e com minha Chancelaria em relação ao processo que estamos vivendo e como, deve desenvolver, no futuro imediato, eventualmente, a longo prazo.

A verdade é que os dois grupos dos que estamos participando temos constatado, primeiro, uma excelente relação de cooperação com a Secretaria-Geral, que nos permitiu elaborar os documentos distribuídos às diferentes Delegações, e certamente, as atividades que realizamos em conjunto. Em ambos os Grupos temos avançado nos aspectos técnicos do trabalho. Diria inclusive, além das expectativas que vislumbrávamos no início da tarefa, mas para continuar na nossa opinião, requeremos de um mandado político mais específico em relação aos alcances e a profundidade que queremos dar efetivamente ao Espaço de Livre Comércio.

Para isso consideramos necessário que este Comitê, retome sua função de instância de discussão política e se dedique a um exercício de reflexão sobre o futuro do Espaço de Livre Comércio. Devemos, com efeito, analisar os futuros cenários prováveis. Lembremos que o tema tarifário está se extinguindo. No próximo ano mais de 70% do comércio de bens estará liberado, por isso, é necessário definir que forma terá este Espaço de Livre Comércio.

Podemos pensar, por exemplo, que o Espaço de Livre Comércio só seja um esquema de referência sobre as possibilidades de convergência já identificadas ou avançar para a conformação de uma zona de livre comércio ou, talvez, e sendo mais audaciosos, por que não? Imaginamos um processo negociador regional sobre as disciplinas tradicionais e novas no que poderíamos denominar, eventualmente, uma nova rodada regional ou uma nova rodada ALADI. Estas interrogantes devem ser respondidas de um ponto de vista político, tendo como referência os Acordos do XIII Conselho de Ministros, mas sem perder a perspectiva de que para o XIV Conselho, provavelmente, deveríamos ter respostas concretas a estes interesses.

Devemos, também, ter presente que os avanços que realizemos na Associação, podem servir de base ou de cimentos para a construção de outras instâncias de integração regional, cujos objetivos vão além dos temas simplesmente comerciais.

É por isso, que me permito sugerir, senhor Presidente, solicitar à Presidência que convoque uma reunião de Chefes de Representação, durante, talvez, a próxima semana e para isso, ofereço nossa Sede, para conversar sobre estas matérias, para fazê-lo, talvez, de uma maneira mais informal, trocar idéias e certamente, fazer as consultas pertinentes a nossas Chancelarias, a nossos Governos. Muito Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Delegado do Chile. Tem a palavra a senhora Embaixadora do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito Obrigada, senhor Presidente.

Considero que tudo o que foi falado aqui na verdade é complementar, e estamos totalmente de acordo com o expressado pelo Embaixador do Paraguai, do Chile, que a Secretaria nos está ajudando enormemente, está elaborando os documentos, está preparando os temas. A questão, como manifestou o Representante de Cuba é como talvez eu tivesse gostado de colocar. Não sabemos qual é o horizonte que temos e, porque em cada um dos temas que vão se tratando nos diferentes Grupos se nota que há falta de âmbito de aplicação, porque não temos diretrizes, não sabemos até onde vamos chegar, não temos os alcances.

Considero ótima a idéia do Embaixador do Chile. Fazer uma rodada na ALADI seria realmente muito importante e, desde já, apóio a idéia. Porém, deve haver um âmbito de preparação, e tenho a mais absoluta e total confiança em nossos Alternos, e por isso proponho que sejam eles os que façam um primeiro avanço, uma preparação, tal como fizeram na vez anterior para o trabalho que foi encarregado, que o façam desta vez com outro tipo de instrução. Verdadeiramente procurar seus limites, os alcances, os âmbitos de aplicação ao Espaço de Livre Comércio para o qual nos deu instruções o Conselho de Ministros.

Por conseguinte, os Grupos podem continuar trabalhando, mas ter este Grupo de especialistas qualificados, que são os Alternos, trabalhando em um documento que, ao mesmo tempo, seja a base já de uma instância política superior, que seriam os responsáveis pela integração, em uma rodada ou como quisermos chamar, mas é uma excelente idéia. Realmente estamos falando todos sobre o mesmo tema em diferentes instâncias. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Representante do México, tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). Obrigado, senhor Presidente. Realmente, recolhendo a experiência, e nisto nos apoiamos no expressado pelo senhor Embaixador do Chile e pela excelente coordenação de sua Representação no Grupo de Normas e Disciplinas, e especificamente permitam-nos referir-nos a este Grupo, porque, indubitavelmente está na base do que podemos considerar como parte fundamental do Espaço de Livre Comércio.

Como foi expressado aqui temos começado a trabalhar muito bem, e a Representação do Chile aprofundará no tema no Grupo de Normas e Disciplinas e, certamente, os que participamos no Grupo, temos trabalhado em Normas e Disciplinas sobre negociações concretas nas quais há uma negociação tarifária ao lado das normas e disciplinas. É provável, esse é um pouco meu ponto de vista de que se tem certa necessidade de ser marcados e por isso, aqui estamos vendo um envio e reenvio do Comitê de Representantes ao Grupo de Alternos, do Grupo de Alternos ao Grupo de Trabalho, mas certamente é porque se identificou a necessidade de que se defina para que Espaço de Livre Comércio é que seriam estudadas as Normas e Disciplinas. Obviamente, como se compreenderá pode não resultar fácil definir regimes de origem em abstrato.

Até aqui um pouco o diagnóstico, agora nosso ponto de vista é que realmente é o Comitê de Representantes ou é uma instância política a que deve dar às instâncias

técnicas neste momento essa perspectiva que pode estar faltando. Ou seja, a nível de instâncias técnicas, nós podemos comparar, estudar, propor que sistemas na área de salvaguardas, na área de regimes de origem ou ainda de solução de controvérsias, podem ser aceitáveis, desde que, e aí voltamos à necessidade de definições políticas, seja estabelecido para que Espaço de Livre Comércio estamos falando.

Nosso ponto de vista, porque é simplesmente o que recolhemos do que foi decidido aqui, no Conselho de Ministros, é que esse Espaço de Livre Comércio do qual estamos falando está representado pela convergência dos acordos de Livre Comércio existentes, mais a possível transformação dos acordos de preferências fixas em acordos mais profundos e de livre comércio.

Por conseguinte, pensamos que é necessária uma ratificação de que o Espaço de Livre Comércio é essa convergência dos acordos de livre comércio existentes, mais os acordos de preferências fixas que estiverem em caminho de serem negociados, para poder trabalhar, por exemplo, no tema de Normas e Disciplinas que é uma área fundamental. Mas isso é uma decisão política. Trabalhar ou assinalar indicando, por exemplo, o cronograma no qual se produzirá a convergência dos ALC já existentes e a existência ou não das renegociações das preferências fixas, isso é algo que considero que os Grupos de Trabalho técnicos ou os Alternos precisam conhecer.

Portanto, um terceiro assunto que queremos apresentar é uma consulta que nos permitimos fazer à Presidência e à Secretaria, sobre como juntar estes estudos de Normas e Disciplinas, com os projetos de cooperação técnica com o BID, sobre estes mesmos temas. É interessante que neste âmbito tomemos consciência que existem projetos de assistência técnica com o BID para o estudo de Normas e Disciplinas e, ao mesmo tempo, continua e queremos que continue funcionando nosso Grupo de Normas e Disciplinas. Nada mais.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Uruguai. Tem a palavra a Representação do Paraguai tem a palavra agora.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Muito Obrigado, Presidente. Estou de acordo com a proposta do Representante do Chile, porque é uma instância. É importante reunir os Chefes de Representação para fazer uma discussão, é o âmbito apropriado para tentar dar o salto. Estamos falando de dar um salto, um salto qualitativo, não um salto ao vazio. Sempre vejo o Secretário-Geral muito otimista quando o escuto e considero que tem razão,. Tive acesso ao texto da Declaração conjunta dos Presidentes Álvaro Uribe e Tabaré Vázquez, onde assinalam, no ponto 13 que “os Presidentes reiteraram seu apoio político à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI- ao mesmo tempo que expressaram seu compromisso de avançar no desenvolvimento das ações acordadas pelo Décimo Terceiro Conselho de Ministros”. De igual maneira, manifestaram que seu objetivo será a convergência de posições na Comunidade Sul-Americana de Nações.

Aqui está o aval político. Começamos com um aval político explícito, mas evidentemente, é necessário, como diz o Representante do Uruguai, levar novamente a certas e determinadas instâncias. Considero que o técnico não se contrapõe com o político, de nenhuma maneira. A instância técnica vai fornecer os elementos necessários para chegar em um momento em que a instância política definirá, precisamente, posturas e posições.

Se estivermos falando aqui de uma instância técnica, que é a proposta da Embaixadora do México, deve ficar claro que devemos continuar, há muitas questões não resolvidas, mas a qualidade do trabalho é excelente. Acredito que isto que está sendo apresentado e que propõe o Embaixador do Chile, de pesquisar uma reunião regional com base no esquema da ALADI para tomar decisões que sustentem, apóiem ou decidam, é excelente. Estou vendo com muito otimismo a possibilidade de dar esse salto qualitativo e que nesse sentido é melhor realizar uma reunião de Chefes de Representação que delegar aos Alternos esse tema. Além disto, já estaríamos devolvendo e resposta em relação a duas questões, que são os trabalhos dos Grupos e também a outra questão.

Considero que para a reunião de Chefes de Representação deveríamos reservar os temas mais delicados, porque é uma questão muito delicada pensar em uma nova instância internacional em relação à ALADI, mas penso que estão dadas todas as condições. Isso é o que queria manifestar. Muito Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador do Paraguai. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito Obrigada. Gostaria um pouco de comentar o que acaba de dizer o Representante do Paraguai, que certamente, estamos totalmente de acordo. Tudo o que dizemos é complementar. Simplesmente insistiria com a questão de que os Alternos realizem a preparação do que vamos discutir em Chefes. Francamente nós não somos especialistas na matéria e teríamos poucos elementos para discutir instâncias que são técnicas e que, algumas vezes, devem ser tratados a nível político, mas sempre com base nos trabalhos preparados pelos nossos especialistas em nossas Representações.

Por conseguinte, estou totalmente de acordo que tratemos em Chefes de Representação, sempre e quando meus Alternos me possam dar as pautas para poder continuar a discussão, porque sem eles eu não sou nada. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do México. Considero que foi um excelente início das discussões do Comitê em relação à Resolução 59 (XIII), após quase três meses de suspensão. Vemos aqui que todos os Representantes têm vontade de trabalhar, com idéias, com vontade de continuar avançando e dar o salto que o Embaixador do Paraguai quer, que todos estamos de acordo em dá-lo de forma conjunta.

Gostaria, como Presidência, propor que nos reunamos em Chefes de Representação na semana próxima para analisar em detalhe todas as propostas, incluindo a proposta da Embaixadora do México de encarregar aos Alternos que preparem, que avancem no trabalho sobre os limites, âmbitos e alcances do ELC a fim de, nessa reunião de Chefes, estabelecer já os parâmetros de trabalho para os próximos meses.

Este tem sido um bom início. Foi colocado na Ordem do Dia de hoje simplesmente para iniciar as discussões, que foram muito proveitosas, e faremos a reunião de Chefes de Representação, -agradeço o convite do Embaixador do Chile- na sua linda sede para poder nos reunir, discutir, tomar as decisões sobre os procedimentos de como vamos avançar e continuar adiante e tratando a agenda da semana próxima. Se os senhores estiverem de Acordo, falarei com o Embaixador Appelgren para coordenar o tema e avançar nesse âmbito.

- Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre avanços registrados no cumprimento da Resolução 59 (XIII) do Conselho de Ministros.

...E com isto gostaria de passar ao seguinte ponto relacionado com este, que é simplesmente para que os senhores Coordenadores dos Grupos de Trabalho nos dêem uma visão muito sucinta de como avançam os trabalhos em cada um deles, para ter maiores elementos de juízo para a próxima reunião.

Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado.

Senhor Presidente, a Representação de Cuba coordena o Grupo de Trabalho sobre o financiamento do comércio. Devo dizer que é um tema novo para esta Representação. Fizemos contato com a Secretaria-Geral, estamos organizando para hoje uma reunião onde vamos pontualizar todos os aspectos que poderiam ser um pré-programa de trabalho para 2006.

Posteriormente, vamos distribuir este pré-programa a todas as Representações e estaríamos convocando, aproximadamente para a semana próxima ou para a semana subsequente, uma reunião do Grupo para analisar este projeto de programa de atividades no que se refere a financiamento do comércio. É o que queríamos informar muito sucintamente neste caso. Muito Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante de Cuba. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Como os senhores sabem a Argentina coordena o Grupo sobre Forças Produtivas. Fiz circular e os senhores têm em seu poder uma espécie de síntese das tarefas realizadas, que vou enunciar sucintamente, e também um projeto de Resolução que explicarei a seguir.

O Grupo se reuniu em duas oportunidades, inicialmente com a intenção de atualizar informação e trocar idéias visando a organização das tarefas. De acordo com a Resolução 295 nos encomendaram dois grandes grupos de tarefas; por um lado, a participação dos setores empresarial, trabalhista, acadêmico e outros setores da sociedade no processo de integração, por outro, a elaboração de propostas de fomento produtivo entre os países-membros. Em ambos os casos nos ressaltaram a necessidade de pôr especial atenção nas Pequenas e Médias Empresas.

Quanto ao primeiro grupo de tarefas, participação dos setores empresarial, de trabalho, acadêmico, etc., aproveitando que houve uma reunião do MERCOSUL, na semana anterior estivemos reunidos com as Delegações sindicais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, onde expusemos a idéia a todos eles, que estão dispostos a ter uma ampla participação na reunião do Conselho Assessor Trabalhista da ALADI, que como sabemos, apesar de ter muitos anos de criação, nunca foi convocado.

Dos intercâmbios realizados com esse setor, surgiu a possibilidade de uma convocação para o próximo 7 de dezembro do Conselho Assessor Trabalhista, porque nessa data está se realizando uma reunião em Montevideú, com a presença de uma série de Representantes de todos os setores. Somos conscientes de que temos feito contatos com uma parte da realidade, mas estes Representantes fazem também parte da Mesa

Sindical da América do Sul, com o qual, de alguma maneira estavam representados quase todos os países da ALADI, com exceção do México e Cuba.

Falou-se ali também de uma reunião preparatória desta de 7 de dezembro, porque nesse dia se realizaria esta reunião do CAN - MERCOSUL, digamos assim, no âmbito do MERCOSUL, então, previamente a isso aproveitaríamos esta presença para reunir o Conselho Trabalhista. Para que isto tenha bons resultados, pensou-se em fazer uma reunião preparatória prévia, que possivelmente se realize aproximadamente em 15 de novembro próximo. De tudo isto que estou dizendo os senhores têm um aide-mémoire.

O objetivo da primeira reunião seria concretizar, no âmbito da ALADI, um espaço de participação do setor trabalhista, e iniciar uma breve transição sem sujeitar-nos a nenhum regulamento, porque temos visto que o elaborado em 1993, hoje está desatualizado. Então começamos a trabalhar com a idéia de modificar este regulamento, mas também consideramos que trabalhar de forma particular nesse regulamento sem ter tido previamente a oportunidade de nos reunirmos com todos os setores trabalhistas envolvidos, nos levava à possibilidade de trabalhar sobre hipóteses mais do que sobre realidades.

Portanto, a sugestão que fazemos quanto ao tema do Conselho Assessor Trabalhista é, sem modificação de regulamento, sem formalidades, se quisermos, mas fazer formalmente a instalação em 7 de dezembro, com uma reunião preparatória em 15 de novembro onde seriam tratadas orientações que podemos dar ao Regulamento para que esteja baseado em dados da realidade.

Quanto ao setor empresarial, somos conscientes da necessidade de enfatizar desde a ALADI o apoio às Pequenas e Médias Empresas, já que nelas se gera mais de 60% do emprego nos nossos países.

Ao analisar o regulamento de funcionamento do Conselho Assessor Empresarial, aprovado em 1992, por Acordo 145 do Comitê de Representantes, observamos que o mesmo foi elaborado, certamente com um enfoque próprio dessa época, priorizando a participação de entidades de cúpula empresarial. Pela sua própria regulamentação, o Conselho Assessor Empresarial fomenta a participação quase exclusiva de entidades representativas de grandes empresas.

À luz das análises realizadas, estimo necessário criar, concretamente, um Conselho Assessor de Pequenas e Médias Empresas, bem como o Comitê de Representantes da ALADI criou um Conselho Assessor Trabalhista e um Conselho Assessor Empresarial. É necessário criar uma nova estrutura que é um Conselho Assessor de Pequenas e Médias Empresas que abranja não só as Pequenas e Médias Empresas, mas, também, outras formas de organização socioeconômicas que tradicionalmente não têm encontrado canais de representatividade nas negociações comerciais internacionais, como cooperativas, comunidades indígenas, agricultura familiar, etc.

Nesse sentido, estamos distribuindo um projeto de Resolução para consideração do Comitê de Representantes, criando esse Comitê. Foi distribuído hoje, é um pré-rascunho, para recolher todas as preocupações e observações que quiserem fazer as diferentes Representações.

Nesse esquema, temos pensado na realização nesta Sede, na ALADI, de encontros empresariais de Pequenas e Médias Empresas e rodadas de negócios para alguns setores das Pequenas e Médias Empresas já identificados. Não identificados neste momento, mas me refiro que seja possível identificar, porque como não podemos trabalhar com todos os

setores simultaneamente, a idéia é identificar quatro ou cinco setores, que tenham potencialidade e facilitar o encontro deles.

No mesmo sentido, temos estado conversando porque se houver um setor que não tem acesso à informação é o setor destas pequenas empresas ou estruturas. Isto é, estivemos vendo, por exemplo, o Portal Empresarial da ALADI, uma ferramenta sem dúvida útil, mas útil para os olhos técnicos, do pessoal informado, mas que não é de fácil acesso para aquelas pessoas que não têm uma formação técnica nesta matéria.

Pensamos que 99% das Pequenas e Médias Empresas nem sequer conhece a existência deste Portal Empresarial, que facilitaria muito as tarefas, porque nele têm todo o sistema de preferências estabelecido, os requisitos de importação, quais são os procedimentos, têm toda a informação, mas a realidade é que a mesma está concebida de uma forma que somente é válida e útil para técnicos.

Então, nessa matéria e tendo estado em contato com a Secretaria-Geral, consideramos, primeiro que deve ser difundido entre as Pequenas e Médias Empresas a existência do Portal Empresarial e, segundo, esse Portal Empresarial deve ser feito de forma que seja acessível para que as pessoas que não têm uma especialização técnica. Então, em contato com a Secretaria-Geral temos conversado para desenvolver uma espécie de instrutivo Pequenas e Médias Empresas. Imaginamos algo como o assistente de *Windows* para que as pessoas, sem informação técnica possam acessar a página empresarial e recolher a informação. Estes dois temas que temos conversado na Secretaria também foram incorporados na conversação mantida com o pessoal do BID, ou seja, que teríamos a assistência técnica e financeira, não retornável, com o BID para desenvolver um processo de informação às Pequenas e Médias Empresas. Estamos imaginando nesta matéria uma espécie de *digital card* que seja enviada às Associações de Pequenas e Médias Empresas de toda a região, com direito, também a ser reproduzido, para que eles o distribuam entre seus associados.

E, também, para desenvolver o tema vinculado com o portal empresarial acessível, amigável, digamos. Isto é, mais ou menos, Presidente o que podemos informar deste Grupo de Trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Embaixador Olima. Tem a palavra o Embaixador do Paraguai e depois a Embaixadora do México.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Muito obrigado senhor Presidente. Congratulo-me enormemente pela apresentação do Embaixador Olima, porque estávamos presos neste tema do estrato empresarial, necessitávamos uma abertura e considero que a proposta é, precisamente, facilitar a chegada, com uma pequena observação que faço. Deveríamos utilizar, assim formalmente. As estruturas nos nossos países não permitem que exista uma espécie de responsáveis e mediador. Sugiro que em um projeto semelhante sejam os Municípios, sejam as Prefeituras Municipais, porque nas cidades pequenas, com não mais de 20.000, 30.000, 60.000 habitantes, a Prefeitura Municipal é a receptora das preocupações e os contatos, a que substitui a informação.

Sugeriria que fossem levados em conta os Municípios, junto a qualquer projeto de instalar portais empresariais, que se fizesse referência às Municipalidades, que operativamente serão responsáveis, poderão abranger os gastos de funcionamento da infra-estrutura. Muitos deles já têm, e pretendendo colaborar com a proposta do Embaixador, estou referindo-me às Municipalidades como as unidades de base que

implementarão um projeto semelhante, ou será bastante complicado porque as Pequenas e Médias Empresas quase sempre são amorfas, e suas associações não costumam ter instalações físicas. Uma pessoa é a responsável, então, para poder focalizar essa cooperação é melhor fazê-lo pelas Municipalidades dos nos nossos países. Esse é o único comentário que queria fazer, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador do Paraguai. Tem a palavra a Embaixadora do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito obrigada. Agradeço realmente as informações dadas. Creio que é uma excelente iniciativa, que nos permite ter uma idéia mais clara do conjunto do que está sendo feito aqui na ALADI.

Gostaria de fazer uma breve apresentação também sobre o Grupo de Novos Temas, já que a Representação do México tem a Coordenação e quero manifestar que se realizou um reunião deste Grupo de Trabalho com o objetivo de ordenar as tarefas para o segundo semestre do corrente ano e que, neste sentido, em um primeiro trabalho, encomendou-se à Secretaria a elaboração de diversas resenhas sobre o estado de avanço dos novos temas nos diferentes âmbitos de negociação, seja OMC, MERCOSUL, Comunidade Andina, negociações de países-membros com terceiros países, etc.

Estes relatórios ficaram já no calendário para sua apresentação pela Secretaria-Geral durante esta segunda quinzena de setembro e primeira quinzena de outubro. De acordo com o que tínhamos previsto, com esses documentos, o Grupo de Trabalho iniciaria suas atividades que, na primeira etapa, consistiria em fazer uma análise do nível de avanço destes temas nas diferentes negociações e nos âmbitos mencionados, e a seguinte etapa requererá, como já manifestei anteriormente, contar com delineamentos mais precisos para a conformação do Espaço de Livre Comércio e muito em particular sobre estes temas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhora Embaixadora do México. Tem a palavra o Representante do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. A Representação do Peru está encarregada da Coordenação, como os senhores sabem, do Grupo de cultura.

Em cumprimento da Resolução 59 (XIII), minha Representação está dedicada a relançar este Grupo, e justamente identificar, com todos os senhores, os novos temas que fariam parte dos trabalhos futuros deste Grupo. Tivemos, na semana passada a grata visita do Representante do Acordo Andrés Bello, com os quais abriu-se um espaço interessante de cooperação entre esse organismo e a ALADI, e também nesse âmbito este Grupo deverá identificar outros organismos, como a UNESCO, inclusive o MERCOSUL, e para isso, talvez quanto ao trabalho a realizar neste segundo semestre, a Representação do Peru solicitará à Secretaria a convocação deste Grupo para identificar novos temas, propostas que seriam apresentadas a estes organismos a fim de poder começar a trabalhar ou inclui-los no programa de trabalho de 2006.

É isso o que tenho para informar, por enquanto. Espero que proximamente este Grupo possa ser convocado e para isto estaremos em coordenação com a Secretaria. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Peru. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, senhor Presidente.

Nossa Representação deseja informar, rapidamente, os trabalhos de coordenação que temos feito a partir do Programa de apoio aos PMDERs. Nesse sentido, retomamos as discussões em uma reunião com a Secretaria-Geral e as Representações dos três países, neste segundo semestre, principalmente para retomar uma agenda comentada onde se perfilaram algumas prioridades para a discussão com todas as Representações.

Com a Secretaria, então, temos trabalhado em coordenação. A discussão fundamental nessa reunião foi sobre o Programa de Cooperação que distribuiu a Secretaria a todas as Representações para o Paraguai, o Equador e a Bolívia, onde, de alguma maneira, recolhia os interesses apresentados por estes três países.

Esse programa de cooperação foi enviado a todas as Representações e depois retomamos a discussão, tendo como base o programa de atividades para o segundo semestre, onde, como os senhores sabem, foi um dos Grupos de trabalho que mostrou interesse em fazer uma discussão mais detalhada do seu conteúdo para a execução deste segundo semestre.

Retoma-se, então, essa discussão. Esteve presente o Subsecretário Maidana que nos acompanha neste tema, e ali, de alguma maneira, discutiu-se, não somente o programa de cooperação, mas outros interesses que fazem parte do trabalho que se supõe deve ter a ALADI para concretizar oportunidades e todas as possibilidades que têm os países de menor desenvolvimento para desenvolver a complementação e, avançar nos interesses que neste momento contribuem com temas do intercâmbio e dos processos de integração.

É assim que na segunda-feira novamente se reuniu a Embaixadora Urbaneja com o Subsecretário Maidana e os Embaixadores do Paraguai, do Equador e da Bolívia para, em função do Programa de Atividades fazer um cronograma de trabalho que vá além do que consta no Programa de Atividades pensando em discussões que têm a ver mais com orientações políticas e discussão para fortalecer o trabalho que está fazendo a Organização.

Estamos pendentes de convocar, possivelmente para a segunda semana de outubro novamente, o Grupo de Trabalho com a proposta do cronograma discutido com a Secretaria e com estas três Representações, para depois, convocar o grupo ampliado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Venezuela. Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alfonso Soria Mendoza). Obrigado, senhor Presidente.

A Colômbia tem a Coordenação do Grupo Jurídico. Nestes momentos relançamos novamente um tema importante sobre a vigência dos acordos assinados, emanados do Tratado de Montevideu 1980. A Secretaria-Geral enviou uma nota lembrando a todas as Representações sobre o regime legal interno da entrada em vigor dos acordos e isto foi uma questão de uma certa discrepância que existe em certos regimes legais, principalmente no colombiano, seria uma vigência temporária, uma vigência definitiva e os acordos de complementação.

Neste momento estamos à espera da resposta das Representações e esperamos elaborar um documento ou citar uma reunião do Grupo para apresentar a problemática que é eminentemente jurídica, sobre isto.

Igualmente, com a Embaixadora estamos tentando relançar outros temas de carácter somente de estudos académicos da parte jurídica em relação aos Acordos de Complementação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Colômbia. Tem a palavra o senhor Embaixador do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, adiro ao manifestado pela Embaixadora do México, no sentido da boa prática que é ter estes resumos que nos permitem a todos estar atualizados sobre o trabalho da Associação e constatar que, efetivamente, há um trabalho importante, permanente, dedicado e que coordena nossas Representações com a Secretaria-Geral.

Felicito as Representações e a Secretaria-Geral pelo esforço que se está fazendo e celebro a responsabilidade com que se estão tomando os trabalhos dos diferentes Grupos. Gostaria de me referir, especificamente, ao que disse o Embaixador Juan Carlos Olima quanto ao que está fazendo o Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no processo de integração.

O trabalho desse Grupo de Trabalho projeta a ALADI efetivamente, conecta o trabalho que estamos fazendo nós com nossas sociedades, com as forças vivas das nossas sociedades e isso é importante nesta tarefa de difusão do que estamos fazendo para que se conheça melhor a ALADI e também a tarefa de serviço, de pôr o trabalho que fazemos a serviço dos nossos povos, das pessoas que moram nos nossos países, de modo que adiro às atividades desse Grupo de Trabalho e felicito o Embaixador Olima pela tão destacada liderança.

Como os senhores sabem, o Chile tem a responsabilidade de coordenar o trabalho, valha a redundância, de dois Grupos de Trabalho, o primeiro, o de Comércio Eletrônico e Tecnologias das Comunicações e, o segundo, o de Normas e Disciplinas.

Quanto ao Grupo de Trabalho sobre comércio eletrônico e tecnologias das comunicações, este Grupo de Trabalho centralizam suas ações na identificação das áreas nas quais se possa, após superada a etapa do diagnóstico, avançar na modernização dos processos do comércio internacional, mais especificamente a digitalização regional dos certificados de origem. Essa é uma contribuição concreta que podemos fazer ao comércio e à modernização de como nos entendemos do ponto de vista dos fluxos comerciais.

Nesse contexto, realizou-se, em agosto passado, o Foro Virtual: o uso das tecnologias da informação no melhoramento da competitividade das empresas, que foi muito bem-sucedido, teve uma grande participação e cujos resultados foram informados pelo documento ALADI/SEC/di 1935, de data 12 de setembro, que estão em poder das Representações.

No que resta do presente ano o Grupo decidiu a realização de uma reunião de Especialistas em certificação digital, criptografia e infra-estrutura das chaves públicas, com vistas a desenhar e acordar o lançamento de um projeto piloto de digitalização de certificados de origem. Esta atividade está concebida em duas fases: uma virtual e outra

presencial. Tudo isto também foi informado às Representações de maneira detalhada por meio do documento ALADI/SUB-JRB/013/05 da data também 12 de setembro.

Do foro virtual participarão três pessoas por país e, no foro de Especialistas, pelo menos uma pessoa por país, que deverá necessariamente ter participado do Foro Virtual, de forma tal de ter a informação completa. Aproveito a oportunidade para solicitar a todas as Representações que forneçam, em breve, os antecedentes solicitados no documento que mencionei, de maneira de poder avançar, o mais rapidamente possível, na estruturação deste Foro de Especialistas.

Quanto ao trabalho do Grupo sobre Normas e Disciplinas, como os senhores sabem este Grupo foi criado pela Resolução 292 deste Comitê, de 12 de maio deste ano e está encarregado de identificar e propor modalidades que permitam, mediante um processo gradual de compatibilização, harmonização e/ou reconhecimento mútuo, segundo o caso, a adoção de normas e disciplinas comuns necessárias para o desenvolvimento e o aprofundamento do Espaço de Livre Comércio, que mediante Nota ALADI/CR/di 2039 propusemos um plano de trabalho, o qual foi adotado por este Comitê. Conforme este plano realizamos até agora cinco reuniões, tendo-se distribuído cinco documentos de trabalho e quatro de caráter informativo. Para a sua elaboração temos contado com a valiosa colaboração da Secretaria-Geral, que reitero, agradeço. Estes documentos se referem todos a Normas de Origem e Salvaguardas.

Também foram distribuídas quatro minutas com os resumos das reuniões realizadas. Quero destacar de forma especial, que a metodologia utilizada de comparar as disposições sobre normas de origem em quatro Acordos de Complementação Econômica, os ACE 58, 59, 60 e 41 têm permitido estabelecer que a rede de instrumentos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980 em relação às matérias analisadas até agora, isto é, Origem e Salvaguardas, tem configurado um acervo regional que pode representar um mínimo comum denominador, assim o chamamos, em alguns temas que poderiam ser as bases sobre as que se poderia construir algum tipo de convergência regional nestas matérias.

Há outras áreas, por contrapartida, nas quais se aplicam critérios diferentes, razão pela qual esta harmonização ou esta convergência apresenta maiores dificuldades. Porém, quero resgatar, para finalizar a extraordinária contribuição que fizeram todas as Representações, os Representantes Alternos e os membros das Delegações, que têm participado destas reuniões. A verdade é que sem a contribuição deles e a da Secretaria-Geral o trabalho que estamos começando a enfrentar não teria sido possível. Estou muito otimista pelo que possamos conseguir e digo isto complementado o que já disse na minha intervenção anterior em relação ao tema global do apoio político que necessitamos para continuar com este processo. Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante do Chile. Tem a palavra o senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Gostaria, primeiro, de agradecer o relatório de todos os outros membros. Considero que esta modalidade de fazer relatórios de cada um dos Grupos de Trabalho nos permite, como foi assinalado, ter uma visão melhorada da evolução dos trabalhos da ALADI em seu conjunto. Gostaria de pedir o seguinte: sobre o projeto de Resolução que distribuímos, pediria às Representações que, durante a semana próxima, digamos até quinta-feira

próxima, nos enviem as observações que desejem fazer para que, quando reunamos o Grupo, já possamos trabalhar sobre esse tema em concreto.

Depois gostaria de pedir também às Representações que nos enviem a lista de associações Pequenas e Médias Empresas que tenham nos seus respectivos países para iniciar já um mecanismo de trabalho de enviar a informação sobre a existência do Portal Empresarial e explicar-lhes a tarefa que estamos desenvolvendo. É uma forma de começar a vincularmos com esses setores. Sei que a Secretaria tem um registro de associações Pequenas e Médias Empresas, informou-me o Subsecretário Maidana, mas deixo apresentado o tema para que todas aquelas Representações que não tenham enviado esta informação a enviem.

E também pediria à Representação do Chile que no Grupo de novas tecnologias imaginemos, se possível, iniciar algum tipo de reuniões virtuais de negócios entre Pequenas e Médias Empresas, especificamente, nós vamos identificar setores, ver de que maneira podemos conectá-los para dizer, bem, tal dia a tal hora vamos fazer um encontro virtual de Pequenas e Médias Empresas vinculadas com o *software*, para ver que negócios podem concretizar entre eles, identifiquei, em função de leituras jornalísticas, cinco ou seis setores Latino-Americanos de Pequenas e Médias Empresas que estão trabalhando com muito sucesso nos respectivos países. No México há um setor Pequenas e Médias Empresas em indumentária, vestuário, etc, que está tendo muito sucesso. Na Argentina, no Uruguai e no Brasil; *software*, há uma série de setores que podemos vincular para que se conheçam entre si e ver se podemos, efetivamente, ajudá-los a concretizar negócios. Considero que se obtivéssemos este resultado, que pequenas empresas dos nossos países pudessem começar a concretizar negócios mediante a assistência virtual da ALADI, estaríamos dando um passo substancial neste sentido. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Argentina. Tem a palavra o senhor Representante do Paraguai .

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Presidente, em relação ao relatório do Grupo de Trabalho de Informação e Cooperação, brevemente na primeira reunião que tivemos foi proposta a possibilidade de que a área de informação passasse a comunicação eletrônica, devido a que o volume de trabalho total da ALADI em 80% está absorvido pelo comércio eletrônico, de maneira que quase resulta intrascendente para um Grupo de Trabalho desenvolver somente o Programa de CRIC, que é um programa que está em execução e que deve ser levado adiante.

Por isso acreditamos, mas não foi uma resolução, estamos pedindo opiniões, que esse Grupo seja somente um Grupo de Trabalho de cooperação e sobre esse tema há algumas tarefas, que ontem, justamente em uma reunião convocada pretendemos analisar, classificar. Pretendemos ter uma informação o mais detalhada possível da cooperação que hoje existe na ALADI, cooperações técnicas, cooperações de tipo cultural, de tipo financeiro, etc, que será, digamos um tema que o Grupo de Trabalho vai ter para poder projetar-se a fim de definir linhas de cooperação, mas, talvez, o mais importante é a conjuntura pela que estamos passando.

O fato de ter recebido uma proposta da Secretaria-Geral em um convênio quadro com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde consta uma referência feita precisamente pela Representação da Venezuela, mas onde se apresentam 4 programas importantes de caráter interno e que estão sendo considerados pelo Grupo. Amanhã teremos uma atualização, fundamentalmente, dos termos de referência de alguns dos convênios com intenção de ampliá-los, de ser mais precisos em relação a algumas

questões que ficaram pendentes. Já estou entrando nos detalhes, de qualquer maneira, esta semana poderíamos ter a aprovação dessa cooperação internacional que será um impulso ótimo para nossa Associação em termos de cooperação técnica e um volume de dinheiro importante para desenvolver as outras áreas que se mencionaram os temas de origem, salvaguardas, controvérsias, que sustentarão, também, o desenvolvimento desses programas, de maneira que o de ontem foi muito importante e as dúvidas e as recomendações estão se recolhendo e serão aprovados, talvez, esta semana dentro do Grupo. Isso é tudo, Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço ao senhor Representante do Paraguai e com isto concluiu a rodada de informações. Gostaria de ressaltar a importância do trabalho de todos os Grupos de Trabalho.

Tem a palavra ao Secretário-Geral .

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Só para assinalar que esta metodologia de trabalho deve ter caráter permanente, vale dizer, periodicamente, na medida em que o progresso dos trabalhos dos Grupos o requeiram, entendemos que é construtivo para a Associação fazer este tipo de relatórios. A Secretaria nesse sentido, expressa seu agrado por ter tido esta visão de conjunto que os senhores Coordenadores nos ofereceram. Muito Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Com isto encerramos este ponto da Agenda, agradecendo a cada um dos Coordenadores pelo excelente trabalho que estão realizando, que demonstra o interesse dos nossos países para continuar avançando nos nossos trabalhos.

6. Relatório do Secretário-Geral sobre as medidas administrativas adotadas em cumprimento da Resolução 296 do Comitê de Representantes.

...Com isto passamos ao ponto sexto da Agenda, que é o Relatório do Secretário-Geral sobre as medidas administrativas adotadas em cumprimento da Resolução 296 do Comitê de Representantes.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Até agora foram ditados, no âmbito das competências da Secretaria-Geral, as seguintes medidas, a fim de implementar a Resolução 296 aprovada pelo Comitê de Representantes.

Em primeiro lugar, a Diretiva de Administração número 50/05, de 19 de agosto deste ano, pela qual se atribui à Subsecretaria de Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio; a coordenação dos Departamentos de Acordos e Negociações, de Integração Física e Digital, e de Informação e Estatística; e à Subsecretaria de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio aos PMDERs, a coordenação dos Departamentos de Apoio aos PMDERs, de Cooperação e Formação, e Promoção do Comércio e Desenvolvimento da Competitividade.

Em segundo lugar, a Diretiva de Administração número 51/05, da mesma data, 19 de agosto, mediante a qual se atribuem as funções aos Departamentos, incluídos no organograma aprovado pela Resolução 296 do Comitê de Representantes, a mesma foi modificada com data 5 de setembro de 2005 pela Diretiva de Administração 52/05 na qual foi incluída uma função solicitada pela Representação do Paraguai, que não tinha sido recolhida na Diretiva anterior.

Em terceiro lugar, aprovou-se a Diretiva de Administração número 53/05 de data 5 de setembro de 2005, mediante a qual se designam os funcionários responsáveis pelas unidades estabelecidas pela Resolução 296 do Comitê de Representantes, segundo o seguinte detalhe: Escritório de Assuntos Institucionais e Comunicação, o senhor Jorge Rivero; Divisão de Administração, a senhora Sandra Rachetti; Assessoria Jurídica, a senhora Magdalena Pereira; Acordo e Negociações, o senhor Carlos Longa; Promoção do Comércio e Desenvolvimento da Competitividade, o senhor Carlos Alonso; Integração Física e Digital, o senhor Hugo Luraschi; Apoio aos PMDERs, o senhor Carlos Carvalho; Cooperação e Formação, o senhor Fabio Villalobos; e Informação e Estatística, o senhor Luis Gonzaga Coelho.

Em quarto lugar, aprovou-se a Diretiva de Administração número 59/05 de data 20 de setembro do 2005, mediante a qual se destinam os funcionários a diferentes unidades da Secretaria-Geral.

Em quinto lugar, por outras Diretivas de Administração realizou-se um chamado a concurso para preencher uma vaga de Tradutor, grau T3 da categoria Técnica, em Administração e uma vaga de Técnico grau T5 da categoria Técnica, em Acordo e Negociação.

Por outro lado, assinaram-se contratos com sete funcionários internacionais que optaram, conforme a Resolução 296, pelo cargo de Especialista, de acordo com o previsto no Artigo seis da Resolução 304 do Comitê de Representantes. No momento, está trabalhando-se na reformulação da Resolução 255, relacionada com normas gerais sobre pessoal, assessores, pessoal temporário, consultores, com a finalidade de adaptar esta Resolução 255 à nova estrutura da Secretaria-Geral. Após apresentadas as mudanças e submetidas ao Comitê de Representantes e no caso de serem aprovadas por este, as mesmas serão incluídas também no Estatuto do Funcionário.

Está sendo revisado, para sua aprovação um regulamento administrativo que compila e atualiza os procedimentos administrativos descritos nos regulamentos específicos que ainda hoje estão vigentes. Essa norma interna da Secretaria regulará também outros aspectos do funcionamento da própria Secretaria que hoje não estão regulamentados, ou seja que, senhor Presidente, isto é o que sobre este tema estou em condições de informar hoje. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Tem a palavra a senhora Embaixadora do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito obrigada, desculpe senhor Presidente que tome em tantas ocasiões a palavra, mas há momentos em que é necessário fazê-lo.

Primeiro gostaria de agradecer ao Secretário-Geral pelo seu relatório e solicitar como uma medida que nos permitisse poder pronunciar-nos sobre os relatórios da Secretaria-Geral, que fosse distribuído um relatório com antecipação, porque há muitos documentos e menções e os países não temos tempo para fazer nenhum tipo de observação e a minha Delegação tem interesse de conhecer com antecipação os relatórios.

Tendo dito isto, da leitura do relatório gostaria de fazer um comentário em relação aos critérios que foram aplicados para a redistribuição de funcionários, principalmente aqueles funcionários que fizeram concurso de maneira oportuna para um cargo determinado e que sejam colocados em áreas diferentes das concursadas, digamos, que suas qualificações ou

seus antecedentes, de tipo técnico e profissional, não são aqueles para os que concursaram.

Então, por exemplo este é um tema que nos preocupa e tivéssemos gostado de conhecer estes critérios e, se possível, conhecê-los, agradeceríamos muito saber quais foram os mesmos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora do México. Algum outro Representante tem alguma observação?

Tem a palavra o Secretário-Geral .

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. A Secretaria-Geral em uso das suas faculdades tomou uma série de decisões de caráter administrativo que, naturalmente, consultam o melhor interesse da Associação e o fez em permanente consulta com os dois Subsecretários e com o próprio pessoal, de maneira tal que as designações respondem a uma avaliação de caráter técnico que, naturalmente, se expressa no que acabo de informar. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral . Alguma outra observação?

7. Assuntos diversos

...Se não for assim, damos por concluído este ponto da Ordem do Dia e passamos ao ponto sétimo que é "Assuntos diversos".

Tem a palavra a senhora Representante do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Obrigada, Presidente.

Nós queríamos lembrar que temos pendente um ponto muito importante para todos nós, e para nossa Representação, que é encontrar uma fórmula para solucionar o endividamento da Organização. Considero que é prioritário começar a trabalhar sobre este ponto. Deixamos de lado este ponto que é muito importante da Resolução correspondente ao Conselho de Ministros e ao qual não demos nenhuma atenção. Gostaria de propor que fosse convocada uma reunião ou que se façam propostas.

Por parte da Secretaria, creio que já houve algum tipo de reflexão sobre o tema ou entre alguns dos Estados-Membros, porque consideramos que é indispensável chegarmos a uma solução do problema de endividamento.

Outra coisa que também teríamos que abordar de maneira oportuna, seria o projeto de orçamento para o ano 2006. Deveria ser aprovado para meados de dezembro, e seria bom fazê-lo, com suficiente antecipação, bem estudado e considerando todos os elementos novos que surgiram. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do México. Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Em relação, senhor Presidente, ao primeiro ponto, referente ao endividamento, a Secretaria-Geral está dando direto, pessoal e particular atendimento ao tema e isto naturalmente transcorre no terreno daqueles contatos que, ao maior nível possível, o Secretário-Geral tem podido manter, em consulta permanente com os senhores Representantes e digamos que, a estimativa que faz a Secretaria deste problema tem

estritamente muito a ver com a situação de cada país em particular, de cada Estado em particular, e isso é o que temos procurado estabelecer, como idéia central, ou seja, em lugar de objetivar uma solução, que pudesse ter a vocação de uma solução de tipo geral, o que temos procurado é o contato direto com cada um dos Estados-Membros para conseguir, como se diz vulgarmente, “mano a mano”, algum tipo de solução.

Essa política de diálogo, essa política de consulta, que está produzindo efeitos e que atualmente a Secretaria tem um panorama, do ponto de vista do pagamento de contribuições, sem desconhecer que o problema subsiste quanto às grandes linhas de financiamento da Organização, mas houve uma reação positiva dos países, esperemos que esta linha de reação se estenda, e naturalmente coincidimos com a senhora Representante Permanente do México em que este é um tema da maior importância e está direta e estritamente vinculado com o funcionamento regular da Associação e vinculado com um aspecto que é fundamental, que são as expectativas dos funcionários, suas previsões, sua segurança, sua maneira de visualizar seu próprio futuro no horizonte, que se estiver cheio de obstáculos, naturalmente não atua como um estímulo para um trabalho técnico cada vez mais demandante, cada vez com mais pressa. De maneira que, nesse sentido, compartilhamos esse conceito.

Quanto a outras possibilidades, gostaríamos de dizer também de que, embora não haja uma Ata, não haja um registro, não haja uma história do papel neste tema, há uma história real, que são os contatos permanentes que o Secretário-Geral tem mantido ao máximo nível possível, e sempre com conhecimento, naturalmente, como corresponde, dos senhores Representantes, para obter soluções, de maneira que posso assegurar à senhora Representante, que nossas previsões, que hoje nos permitem navegar em águas relativamente calmas até o mês de março do ano próximo, não nos subtraem à preocupação de continuar trabalhando para alcançar uma regularização de todos os Estados.

No segundo tema, simplesmente gostaria de manifestar que a Secretaria está em condições de fornecer cada uma destas Diretivas às Representações e assim o fará nos próximos dias. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral . Há alguma outra intervenção?

Não havendo outro tipo de participação, encerra-se a sessão.